

PAULO RENATO DA SILVA, MARIO AYALA  
FABRICIO PEREIRA DA SILVA , FERNANDO JOSÉ MARTINS  
(COMPILADORES)

# **LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES NA AMÉRICA LATINA**

**Anais das IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos**

**Foz do Iguaçu**  
**Imago Mundi / PPG - IELA UNILA**  
**2015**

## **Mediações em tempo de redes digitais: cultura, comunicação, hegemonia e juventude nas manifestações de junho de 2013 no Brasil**

Michele Caroline Torinelli<sup>335</sup>

Ana Luisa Fayet Sallas<sup>336</sup>

### **Resumo**

Na década de 1980, Martín-Barbero deslocou o debate acerca da comunicação desde os meios até as mediações. Tratava-se de superar as abordagens ideologicistas e funcionalistas para investigar as disputas de sentido que permeiam a comunicação e historicizar o entrelaçamento entre cultura, comunicação e política na América Latina. Em tempos de popularização do digital e de revoltas populares protagonizadas pela juventude, faz-se interessante resgatar tal debate, pois a perspectiva das mediações é potente para pensar a comunicação em redes digitais para além da dualidade emancipação/controle. Em junho de 2013, manifestações protagonizadas por jovens irromperam pelo Brasil, e sua atuação nas ruas esteve entramada com a atuação nas redes digitais. Assim como o massivo, o digital também é espaço de constituição e luta por hegemonia – e a juventude, com sua cultura, impõe mudanças na dinâmica das mediações tanto na política quanto na comunicação. Mostra-se promissor apostar na convergência da perspectiva das mediações – com enfoque nos processos conflituosos que constituem a trama entre comunicação, cultura e política – e a contemporaneidade da interação em redes digitais para pensar a dinâmica dos ativismos políticos contemporâneos, em especial as manifestações de junho de 2013 no Brasil, cujos protagonistas atuam de maneira híbrida entre os ambientes material e digital.

### **Introdução**

Na década de 1980, Jesús Martín-Barbero deslocou o debate acerca da comunicação desde os meios até as mediações. Tratava-se de superar as abordagens ideologicistas e funcionalistas – centradas na manipulação que os meios exercem sobre as massas e no processo mecânico de

---

<sup>335</sup> Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná na linha de pesquisa de Cultura, Comunicação e Sociabilidades com a temática de Juventude: Cultura e Participação. Email de contato: projetocancion@gmail.com.

<sup>336</sup> Ana Luisa Fayet Sallas realizou pós-doutorado no ano de 2012 no Colégio do México, México. Concluiu o Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná em 1998 e o Mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília em 1987. Atualmente é Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Email de contato: analuisasallas@gmail.com.

transmissão de informação, respectivamente – para investigar as disputas de sentido que se dão no processo da comunicação. Passava-se a reconhecer o receptor como sujeito e historicizar o entrelaçamento entre cultura, comunicação e política na América Latina. A comunicação foi então entendida como espaço privilegiado de conflito, de criação e subversão de sentido na modernidade.

Em tempos de popularização do digital faz-se interessante resgatar tal debate, pois a perspectiva das mediações é potente para pensar a comunicação em redes digitais para além da dualidade emancipação/controle. Assim como o massivo, o digital também é espaço de constituição e luta por hegemonia – e o potencial de criação popular, para além do deslumbre frente às possibilidades técnicas e aquém do derrotismo de uma vigilância onipresente e onipotente que tolhe qualquer tentativa de ressignificação, está no conflito. Como sintetizou, Martín-Barbero (2003: 271), é uma questão de identificar *as brechas na situação e as situações nas brechas*.

Em junho de 2013, milhões de jovens foram às ruas dos Brasil em protestos motivados inicialmente pelo aumento da tarifa do transporte público – e sua atuação nas ruas esteve entramada com a atuação nas redes digitais. Assim como o massivo, o digital também é espaço de constituição e luta por hegemonia – e a juventude, com sua cultura, impõe mudanças na dinâmica de mediações tanto na política quanto na comunicação. Mostra-se promissor apostar na convergência da perspectiva das mediações – com enfoque nos processos conflituosos que constituem a trama entre comunicação, cultura e política – e a contemporaneidade da interação em redes digitais para pensar a dinâmica de recentes ativismos políticos, em especial as manifestações de junho<sup>337</sup>, que contam com o protagonismo de uma juventude cuja atuação se dá de maneira híbrida entre os ambientes material e digital.

Neste artigo, partirei de uma análise da obra *Dos meios às mediações* (MARTÍN-BARBERO, 2003), para então chegar à problemática dos ativismos políticos contemporâneos – neste caso, as manifestações de junho – e suas mediações digitais. O objetivo é encontrar meios de adaptar a perspectiva analítica de Martín-Barbero às formas de ação coletiva que se destacaram em junho de 2013 no Brasil, cujos jovens protagonistas engendram mudanças no que diz respeito à *cultura de comunicação* e à *cultura política*, aspectos que dialogam entre si. O conceito de *me-*

---

<sup>337</sup> As manifestações de junho de 2013 no Brasil serão indicadas neste trabalho apenas como “manifestações de junho”. Apesar de ter sido essa a nossa opção, outras denominações surgiram, tais como “Jornadas de Junho” (MARICATO et al, 2013).

*diacção* permite estabelecer essa relação entre política, comunicação e juventude sob um viés cultural, levando em consideração as disputas em torno do *sentido* da ação política.

### ***Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia na América Latina***

O eixo da obra de Martín-Barbero é a trama entre comunicação, cultura e política. Para explorar como esse entrelaçamento se deu na América Latina, ele parte dos sujeitos políticos subordinados no subcontinente (dos vários *povos*, à perspectiva unitária de *povo* em torno do conceito de nação, até chegar ao caráter uniforme da *massa*) e dos laços culturais que os constituem (abarcados pelo folclore, pela cultura tradicional, popular e de massa) através da comunicação (da cultura oral e presencial à imprensa e ao cinema, chegando ao rádio e à televisão). Ele aborda essas transições históricas como construção – e disputa – de hegemonia por meio da cultura, pois “pensar a política a partir da comunicação significa pôr em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários presentes nos processos de formação do poder” (2003: 15). A partir dessa historicidade é que o autor chega na investigação da dinâmica pela qual as culturas subalternas (ou *subalternizadas*?) dão sentido ao massivo no seu cotidiano e os conflitos que permeiam esse processo.

É importante esclarecer o que se entende por mediações. Elas são compreendidas aqui como processos sociais que organizam as subjetividades e dão sentido ao cotidiando. No âmbito da pesquisa em comunicação, o autor defende que “em vez de [...] partir da análise das *lógicas* de produção e recepção, para *depois* procurar suas relações de imbricação ou enfrentamento, propomos partir das *mediações*, isto é, dos lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural” (ibid.: 304). Desloca-se o foco: o “objeto” de pesquisa é então o processo<sup>338</sup>. Entretanto, ao mesmo tempo em que se coloca em oposição ao reducionismo da perspectiva para a qual a técnica determina o conteúdo (e segundo a qual não existe espaço para pensar em *sentido*, e muito menos em *disputa*), Martín-Barbero não ignora a influência das linguagens enquanto veículo<sup>339</sup>, e adverte: “confundir a comunicação com

---

<sup>338</sup> De acordo com o autor, “foi necessário perder o 'objeto' para que encontrássemos o caminho do movimento social na comunicação, a comunicação em processo” (ibid.: 290).

<sup>339</sup> Entende-se aqui que cada meio de comunicação se vale de uma linguagem própria, que dialoga com as demais – como é o caso da linguagem televisiva, que se constituiu a partir das linguagens cinematográfica e radiofônica,

as técnicas, os meios, resulta tão deformador como pensar que eles sejam exteriores e acessórios à (verdade da) comunicação” (ibid.: 18). Entender a comunicação como processo implica em considerar todos os seus elementos: políticos, culturais e, também, tecnológicos. Afinal, a técnica é uma construção social, carregada de historicidade e sentido, que pode ser apropriada de diversas maneiras e abarcar múltiplos significados.

Colocando-se em oposição também a uma postura eurocentrista, o autor assume a *mestiçagem* enquanto lugar de fala, o que justifica a inversão que faz do lugar de análise do massivo. Ele entende *mestiçagem* como “um modo próprio de perceber e narrar, contar e dar conta, [...] uma nova sensibilidade política, não instrumental nem finalista, aberta tanto à institucionalidade quanto à cotidianidade, à subjetivação dos atores sociais e à multiplicidade de solidariedades que operam simultaneamente em nossa sociedade” (ibid.: 271) e identifica que há uma crise nas ciências sociais, fruto do desencontro entre método e situação, que

obriga a repensar não só as fronteiras entre as disciplinas e entre as práticas, mas também o próprio sentido das perguntas: os lugares (teóricos) de entrada para os problemas e para a trama de ambigüidades (políticas) que envolvem e deslocam as saídas. As razões do desencontro situam-se além da teoria, no desconhecimento que requer – em vez de mais conhecimento, na lógica da pura acumulação – o re-conhecimento, segundo a lógica da diferença, de verdades culturais e sujeitos sociais. Reconhecimento de uma mestiçagem que, na América Latina, não remete a algo que passou, e sim àquilo mesmo que nos constitui, que não é só um *fato* social, e sim *razão* de ser, tecido de temporalidades e espaços, memórias e imaginários [...]. (Ibid.: 271).

O conceito de *mestiçagem* também possibilita superar as categorias estáticas que apresentam o conflito social como dominação totalizante, em que dominador e dominado ocupam lugares herméticos de fala. Martín-Barbero aborda as disputas sociais a partir do conceito de *hegemonia* de Gramsci, que permite

---

que por sua vez partiram da linguagem fotográfica, no caso do cinema, e oral, no caso do rádio.

pensar o processo de dominação social já não como imposição a partir de um *exterior* e sem *sujeitos*, mas como um processo no qual uma classe hegemônica, na medida em que representa seus interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas. E “na medida” significa aqui que não *há* hegemonia, mas sim que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num “processo vivido”, feito não só de força mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade. (Ibid.: 116).

Trata-se de reconhecer as *brechas na situação e as situações nas brechas* – o que transcende uma perspectiva dualista e purista, que, por sua desconexão com a complexidade do real, condena-se ao fatalismo. Compreende-se que assim como o massivo se constitui a partir do popular, muitas vezes *caricaturando-o* e *cooptando-o*, o popular absorve o massivo – e seu poder de resistência e subversão vai depender da sua capacidade de *ressignificação*. Reconhe-se, assim, a “massa”, essa categoria homogeneizante, como *sujeito* da comunicação, capaz não só de assimilar e reproduzir, mas de interpretar, disputar e criar. A indústria cultural não esmagou todas as diferenças, até mesmo amplificou algumas – e no reconhecimento das diferenças é que está a grande brecha.

A cultura de massa não acaba com a cultura popular, mas a incorpora; da mesma maneira a comunicação massiva se dá em continuidade – e coexistência – aos modos de comunicar que a precederam e que se transformam com ela. Contudo, é relevante considerar o *sentido* que a comunicação de massa assume na modernidade: ela é âmbito privilegiado de disputa porque viabiliza o monopólio do poder político e econômico por meio da projeção de valores e significados que sedimentam sua legitimidade: na dinâmica massiva, tal como se consolidou, o discurso de poucos atinge a (quase) todos. Contudo, outros valores coexistem, e os sujeitos coletivos que os reivindicam – destacadamente os movimentos sociais – também utilizam-se da comunicação de massa para resistir, o que exige *ressignificar o uso social dos meios*. De acordo com o autor,

A luta contra o pensamento único acha assim um lugar estratégico não só no politéismo nômade e descentralizador que mobiliza a reflexão e a investigação sobre as mediações históricas do comunicar, mas também nas transformações que atra-

vessam os *mediadores socioculturais* – a escola, a família, a igreja, o bairro –, como no surgimento de novos atores e movimentos sociais que, como as organizações ecológicas ou de direitos humanos, os movimentos étnicos ou de gênero, introduzem **novos sentidos do social e novos usos sociais dos meios**. Sentidos e usos que, em seus tateios e tensões, remetem por um lado à dificuldade de superar a concepção e as práticas puramente instrumentais para assumir o desafio político, técnico e expressivo, que supõe o reconhecimento na *prática* da complexidade cultural que hoje contêm os processos e os meios de comunicação. (ibid.: 20-1, grifo nosso).

A comunicação é entendida, então, como espaço estratégico para que os movimentos sociais possam se contrapor à “hegemonia do pensamento único”. Para mudar o sistema hegemônico é preciso contestar os valores que se impõem em nome do mercado, denunciar sua perversidade, plantar a semente da rebeldia e disseminar outros valores que permitam construir outras dinâmicas de comunicação – e de vida em sociedade. Essa resistência sempre existiu (por isso, sempre houve conflito) e pode ser empreendida de diversas maneiras: desde reuniões de associações de bairro, encontros familiares, conversas com amigos, festas populares, organizações políticas, coletivos culturais etc. Mas são os meios de comunicação de massa que (ainda) permitem divulgar acontecimentos e perspectivas a um grande número de pessoas – e têm contribuído de forma predominante para a criação e manutenção do conjunto de valores que regem as relações sociais e políticas.

Por isso, é importante destacar o *sentido* que foi dado historicamente aos meios de comunicação de massa: a exploração majoritariamente comercial – e não cidadã – de seu potencial. Segundo o modelo comercial, simplificadamente, algumas empresas produzem conteúdo, outras poucas veiculam (quando não são as mesmas a cumprir esse duplo papel) e a imensa massa recebe, o que implica num esquema piramidal de comunicação em que poucos emitem e a grande maioria se limita ao outro lado da cadeia produtiva do mercado de bens simbólicos. O que Martín-Barbero problematiza é que mesmo esse modelo tão concentrado é permeado por posturas de resistência e apropriações subversivas – as *brechas na situação* –, e a recepção pode se dar de várias maneiras, sob distintas perspectivas, gerando outros sentidos que não aquele visado pelo emissor. Por outro lado, a comunicação contra-hegemônica, muitas vezes colocada em prática nas rádios comunitárias e jornais de bairro, ao mesmo tempo em que frequentemente se contrapõe ao *status quo*, tende a reproduzir formatos, valores e atitudes hegemônicas – são as *situações na brecha*.

Nesse cenário, a comunicação popular enfrenta desafios políticos, econômicos, culturais, técnicos e estéticos, em que a própria contestação da hegemonia traz em si valores e práticas hegemônicas, que devem ser passíveis de auto-crítica e transformados por meio da criatividade, para que de fato dispute sentido e não apenas reproduza o “discurso único” sob outra perspectiva.

### ***Mediações em redes digitais***

A partir da década de 1980, um novo ingrediente veio se somar à dinâmica das mediações apontada por Martín-Barbero (2003): a comunicação em redes digitais. O software surge como novo intermediário técnico e simbólico (SILVEIRA, 2010), e a relação emissor-receptor é subvertida pelo esquema descentralizado da comunicação em rede. Novas oportunidades e desafios surgem tanto para os grandes veículos de comunicação de massa quanto para a comunicação popular – transformação que ocupa papel central na adaptação da análise das mediações (MARTÍN-BARBERO, 2003) ao contexto sociopolítico contemporâneo.

Para abordar as redes digitais partiremos do conceito de rede que, apesar de atual, não necessariamente remete a algo novo. Antes das tecnologias digitais, as redes já se constituíam como estruturas comunicativas e organizativas. O termo é comumente utilizado para representar algo inovador, referente aos processos informacionais das últimas décadas – mas as redes sempre estiveram aí: são inerentes à própria vida. Esse engano se dá porque, nos primórdios da nossa sociedade, consolidou-se uma subordinação da dinâmica de rede à lógica das organizações verticais (CASTELLS, 2009).

Segundo Castells, uma rede consiste numa determinada conexão de nós, e quanto mais informação relevante um nó for capaz de absorver e mais eficientemente conseguir processá-la, mais importante será para a rede; contudo, o nó nunca existe de forma independente da rede. Construídas em torno de determinadas metas, as redes processam os fluxos de comunicação que circulam pelos nós. Possuem, ao mesmo tempo, unidade em torno de um propósito comum e flexibilidade de adaptação; são simultaneamente programadas e auto-configuráveis e evoluem de acordo com sua capacidade de auto-configurar-se de modo a atingir arranjos de rede mais eficientes. Os movimentos sociais, junto a outros atores, passam a ser entendidos como *nós* de uma complexa rede, não só sociopolítica, mas *sociocultural* – e a análise das *configurações das redes*, ou seja, quais atores se mobilizam, como e por quais motivações, passa a ser fundamental na investigação de ações coletivas. (Ibid.:19-20)

Contudo, há uma histórica hegemonia do modelo vertical sobre o de rede, que não se deve somente a questões sociopolíticas e socioculturais, mas também operacionais (que, aliás, se interconstituem): diante do tamanho, do volume e da complexidade de determinados fluxos, a dinâmica de rede poderia demorar muito para processá-los, devido ao lapso de tempo que o *feedback* exigiria. “Sob tais condições, redes eram uma extensão do poder concentrado no topo de organizações verticais que moldaram a história da humanidade: estados, aparatos religiosos, senhores da guerra, exércitos, burocracias, e suas subordinadas encarregadas da produção, do comércio e da cultura” (ibid.: 22 [tradução nossa]).

Depreende-se daí que o modelo hegemônico de comunicação numa sociedade está intensamente relacionado ao modelo hegemônico de organização sociopolítica que nela se configura – o que envolve questões sociais de ordem política, técnica e cultural. Essa lógica se aplica à conjuntura atual: ao mesmo tempo em que o modelo representativo de política – em que o poder de decisão acerca de assuntos públicos é delegado a poucos – entra em descrédito, a crise de legitimidade atinge também a mídia de massa (LIMA, LOOSE, 2014), em que poucos detêm o poder de emitir mensagens a muitos – ou seja, hegemonomizam a construção coletiva de significados.

E a perspectiva de rede, ao mesmo tempo em que se apresenta como um desafio à manutenção da hegemonia nessas duas esferas, pode, também, ser apropriada para a readequação do *status quo*. Hoje o potencial operativo das redes é bem maior que em outros períodos históricos, e *assim como os hackers hackeiam* o sistema hegemônico nas redes digitais, poderíamos dizer que *o sistema hegemônico hackeou* a dinâmica de rede – pois essa se tornou a mais eficiente forma organizacional na atualidade (CASTELLS, 2009; SANCHO, 2012: 92). Sendo assim, *uma sociedade em rede não é necessariamente uma sociedade democrática*.

Segundo Galloway (2004), redes podem ser centralizadas, descentralizadas ou distribuídas. Na lógica dos ativismos que emergiram nas manifestações de junho e em outros lugares do mundo nos últimos anos, as redes podem ser classificadas como distribuídas, por não possuírem um centro (CASTELLS, 2013). Já as redes que hegemonomizam o poder (id., 2009: 22) seriam centralizadas ou descentralizadas (estas, mesmo contando com centros de poder plurais, estariam submetidas a um poder central). Um exemplo é o sistema financeiro, que articula-se em rede e sempre desfrutou da premissa de um mundo sem fronteiras, e por isso não está suscetível às crises dos Estados nacionais e até se beneficiam com elas (ibid., p. 36), como denunciam os movimentos Occupy Wall Street e 15M (HARVEY et al, 2012).

Verifica-se que a comunicação em redes digitais apresenta novidades quanto às possibilidades de mediação; contudo, seria ingenuidade descartar o poder que os meios de comunicação de massa consolidados no século passado e as autoridades políticas continuam tendo no agendamento social<sup>340</sup>, na constituição do *imaginário social* e na interlocução política – utilizando-se, inclusive, das redes digitais para isso. Por outro lado, também é ingenuidade, ou fatalismo, não levar em conta as formas de resistência frente a eles, e até por meio deles, mesmo antes da popularização das tecnologias digitais.

Nas últimas décadas, o software surgiu como importante mediador – e reconhecê-lo como *intermediário* de processos comunicativos contraria uma visão utópica segundo a qual a internet possibilitaria o fim da mediação na comunicação social<sup>341</sup>, assim como mecanismos de democracia direta permitiriam o fim da representação política. Faz-se necessário refletir sobre o papel das mediações tanto na política quanto na comunicação – e em que medida seria possível e interessante superá-las, a partir de um ideal de relação direta, ou se seria o caso de construir *outras relações de mediação*. Para Chauí (2013) não se faz política numa sociedade democrática sem mediações institucionais; para Martín-Barbero, as novas tecnologias da comunicação pressupõem novas formas de mediação (2009). Concluímos que as tecnologias digitais não são democratizantes em si, mas que a realização e ampliação de seu potencial democrático dependem de disputas em torno de seus usos e sentidos. Ou seja, sua capacidade de catalisar a emancipação social depende do modo com que nos apropriamos delas.

Contudo, a perspectiva de Chauí não se aplica a todas as formas de ação política, como aquelas nas quais o desenvolvimento de outras relações de mediação na comunicação não necessariamente estão atreladas à construção de outras institucionalidades políticas, mas à constestação e desconstrução das institucionalidades que se impõe. Hakim Bey (2004) – o profeta do caos que influenciou toda uma geração de hackers e adeptos da corrente libertária na década de 1980, quando a internet era um esboço da que conhecemos hoje – contrapõe o termo *net*, pelo qual designa a “internet oficial”, ao termo *web*, uma espécie de submundo livre e criativo da internet<sup>342</sup>. Ele acre-

---

<sup>340</sup> Poder de determinar o que é relevante ou não, o que merece ou não ser publicizado – e *como*, ou seja, sob qual *enquadramento* (TARROW, 2009).

<sup>341</sup> Segundo Silveira (2010: 37), “o software tornou-se o intermediário indispensável e cada vez mais presente em boa parte das principais atividades humanas”.

<sup>342</sup> Bragatto (2011), ao fazer um levantamento sobre a bibliografia a respeito da relação entre internet e política a

dita que a *web* seria a plataforma que propiciaria um suporte de conexão para as várias Zonas Autônomas Temporárias, termo que cunhou para identificar experiências de emancipação similares a levantes – pois ao contrário das revoluções, que derrubam um sistema institucionalizado e, por sua vez, institucionalizam-se também, os levantes simplesmente desconstruem a aparência de ordem do cotidiano tolhedor, geram uma mudança na percepção rumo à autonomia e depois se desfazem e se rearranjam a partir da recombinação de nós, para surgir sob outras formas em outros lugares. Ou seja, a *net* seria a faceta hegemônica da internet e a *web* a contra-hegemônica, numa batalha em que o sentido social do uso das tecnologias sociais é disputada. A potência das Zonas Autônomas Temporárias, articuladas em rede, estaria justamente em não se institucionalizar, não existir oficialmente, e poder se desentrelaçar e se reagrupar em outras combinações de forma espontânea.

Pode-se aplicar essa perspectiva às manifestações de junho de 2013 no Brasil, que desempenharam um papel de Zona Autônoma Temporária, causando um imenso impacto simbólico, denunciando as estruturas vigentes, contudo não se institucionalizando e se dispersando novamente em diferentes redes; tal como a perspectiva de Bey, muitos dos atores que se destacaram em junho de 2013 rejeitam a permanência e a estagnação e se rearranjam constantemente – e a *web* foi uma importante plataforma de sustentação, articulação e mesmo de criação dos protestos de junho<sup>343</sup>. Esses atores são predominantemente compostos por uma juventude que se articula de forma híbrida no ambiente digital e nas ruas e traz na sua ação política um intenso clamor de ordem cultural que questiona as hierarquias políticas e subverte a dinâmica da comunicação social. Esses jovens se destacaram como mediadores sociais, políticos e culturais nesse período de intensa revolta popular no país, e os *usos* das redes sociais digitais tiveram papel decisivo nesse processo.

### ***As manifestações de junho, a juventude e seus impactos nas mediações políticas e comunicacionais***

Assim como os jovens protagonizaram esse momento político no Brasil, uma outra forma

---

partir de um histórico das distintas clivagens sobre o tema, aborda o surgimento científico-militar da internet e sua apropriação contracultural. “Embora a ARPANET, origem da internet, surja tendo fins acadêmicos, científicos e estratégicos, rapidamente a microinformática vai acentuar a democratização do acesso à comunicação, fazendo com que o novo meio se configure também a partir da apropriação social das tecnologias para além de sua funcionalidade técnica e finalidade econômica” (ibid.: 132).

<sup>343</sup> Evidentemente, não foi a única, o que não diminui sua importância na dinâmica da onda de protestos.

de comunicação que não a massiva se destacou na construção dos protestos e nas disputas em torno de seu significado: a comunicação em redes digitais. Tal dinâmica não é exclusiva ao caso brasileiro: mobilizações que contam com atuação de jovens nas redes digitais e nas ruas, de maneira simultânea e convergente, se proliferam pelo planeta desde 2011 (HARVEY et al., 2012), algumas com maior impacto na institucionalidade, destacadamente as que se deram em meio a regimes ditatoriais (CASTELLS, 2013), mas todas com enorme incidência no debate acerca do *sentido* da política.

Para Pelbart (2013), possivelmente “uma outra subjetividade política e coletiva esteja (re)nascendo, aqui e em outros pontos do planeta, para a qual carecemos de categorias. Mais insurreta, de movimento mais do que de partido, de fluxo mais do que de disciplina, de impulso mais do que de finalidades, com um poder de convocação incomum, sem que isso garanta nada, muito menos que ela se torne o novo sujeito da história”. Talvez, como indica Morin (2008) referindo-se às revoltas de 1968, a “função” desses movimentos seja mais trazer à tona uma crise do que apresentar suas soluções pragmáticas – o que dialoga com a importância do *percurso* destacada por Sallas e Bega (2006).

Na década de 1960, a juventude foi protagonista de intensas mudanças por meio do movimento *hippie* e outras insurgências culturais e políticas, sendo a mais famosa delas o Maio de 68. Nessa época os jovens manifestavam uma vontade de autonomia através da criação de uma cultura própria – e a indústria cultural foi fundamental nesse sentido. Nos últimos anos, levantes multitudinários protagonizados por jovens revelaram novamente um anseio de transformação nas relações culturais e políticas. Um dos grandes diferenciais desse momento é a apropriação das tecnologias digitais, que permitem que, mais intensamente que na década de 1960, jovens dialoguem em âmbito global.

Feixa (2000) reflete sobre como o consumo cultural e as mudanças de percepção do tempo relacionam-se com a mudança na cultura juvenil nas últimas décadas (elementos que contribuem na constituição do que o autor denomina *geração @*). Para isso, utiliza como metáfora a evolução do mecanismo que mede o tempo – o relógio – em suas versões de areia, analógica e digital. Ao contrário da primeira – originária de um período em que não havia diferenciação entre tempo e espaço e a cultura de juventude correspondia à da sociedade como um todo –, a segunda, característica da era industrial, representa uma concepção linear do tempo num momento em que a juventude passa a construir uma cultura própria de âmbito predominantemente nacional (que, de acordo com Morin [2008], realizava uma transição para conexões que ultrapassam os limites das nações

por meio da indústria cultural); já atualmente as tecnologias digitais permitem o deslocamento temporal-espacial de maneira rápida e global, assim como o surgimento cada vez maior de micro-culturas juvenis que se prospectam, se mesclam e se reproduzem em escala planetária<sup>344</sup>.

Os jovens nascidos na década de 1990 cresceram num mundo já amplamente conectado pelas tecnologias digitais, o que impacta no modo de se comunicar com os outros, de se relacionar com o mundo e até mesmo no modo de se fazer política. Tal transformação cultural evidenciou-se na dinâmica das manifestações de junho no que se refere às formas de articulação, mobilização e inclusive na linguagem utilizada nos protestos. Uma faceta bastante reconhecida das tecnologias digitais é que, por meio delas, a criação e emissão de conteúdo com potencial de amplo alcance é estendida a vários públicos. Mas não é somente o alcance que está em jogo, mas o próprio modo a partir do qual nos comunicamos – ou seja, a *cultura da comunicação*.

Um importante fator da comunicação nas redes digitais é o compartilhamento. A partir dele, a própria lógica de produção de conteúdo é alterada. Outra característica decisiva é a intensificação da velocidade de comunicação, o que facilitou a instantaneidade de cobertura e a viralização dos protestos de junho de 2013. Além disso, as tecnologias digitais permitem uma constante ressignificação dos discursos que circulam nas redes por meio de mesclas e *remixes*, trazendo à tona outras perspectivas e formatos que não aqueles que costumam figurar nos meios de comunicação de massa.

Contudo, é necessário esclarecer as limitações do potencial da comunicação em redes digitais. Segundo pesquisa realizada em 2014 pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 65% dos brasileiros assistem televisão diariamente por mais de 3h. A TV aberta chega a 91% dos lares brasileiros; a TV paga, a 31%. Já o uso da internet, apesar de ter crescido exponencialmente, sendo que começou a se popularizar na década de 1990, ainda está bastante abaixo do referente à TV: 53% dos brasileiros nunca acessaram ou não têm o costume de acessar a internet. E há uma nítida divisão geracional nesse acesso: 77% dos entrevistados com menos de 25 anos acessam a internet; já entre aqueles com mais de 65 anos, somente 3% a utilizam. O estudo conclui que “o hábito de acessar a internet é mais comum entre a população mais jovem, nos maiores centros urbanos e nos estratos de maior renda e escolaridade” (ibid.: 48) – o que, não à toa,

---

<sup>344</sup> Contudo, essa juventude vive o acúmulo desses três períodos históricos – o digital se dá em continuidade e concomitantemente ao natural e ao linear (FEIXA, 2000).

dialoga com a faixa da população que mais aderiu às manifestações de junho.

Outro fator a ser considerado é a influência da comunicação de massa nas interações nas redes digitais. Indivíduos e agentes coletivos compartilham material da imprensa e produtos da indústria cultural na internet, muitas vezes em concordância com a versão do material, mas outras justamente para criticar sua abordagem – o que revela um movimento de vai e vem entre discurso hegemônico e contestatório, entre cooptação e resistência, numa dinâmica que envolve hibridizações e complexas disputas de construção de sentido. De qualquer maneira, muito do que é veiculado nas redes sociais digitais tem origem na mídia de massa, seja em caráter de afirmação ou de contestação de seu conteúdo.

Sendo assim, a possibilidade de veiculação de múltiplos discursos na internet, em diversos formatos, é entendido como uma *brecha*. É necessário reconhecer que os jovens que atuaram nas ruas e nas redes em junho de 2013 se aproveitaram dessa brecha e impuseram mudanças na dinâmica da mediação tanto na comunicação quanto no campo da ação política<sup>345</sup>. Segundo análise de Pimentel e Silveira (2013), “partidos e sindicatos perderam no mês de junho o posto de intermediário privilegiado de convocação e organização de multidões, e a mídia de massas perdeu o monopólio de interpretação dos acontecimentos”, o que sugere que novos intermediários se destacaram nas ruas e nos meios digitais, no âmbito político e comunicacional. E assim os jovens, que historicamente nas sociedades modernas impõem mudanças no contexto em que vivem (SALLAS, BEGA, 2006), indicam por meio de sua cultura que a comunicação e a política já não são mais como eram antigamente, desafiando a lógica da mediação nesses dois campos. Contudo, o *sentido* dessas transformações está em disputa.

O poder de contestação não direcionado que irrompeu em junho de 2013, além de gerar entusiasmo quanto à renovação da dinâmica social na política e na comunicação, também traz preocupações no que concerne ao seu potencial democrático. Chauí (2013) questiona a postura dessa juventude que protagonizou os protestos tendo em vista as diferentes apropriações das forças das ruas que a estrutura difusa das manifestações de junho de 2013 permite:

---

<sup>345</sup> Mas, assim como seria um erro desprezar a relevância da comunicação em redes digitais nas manifestações de junho, seria uma simplificação entendê-la como *causa*. Nesse ponto, discorda-se de Manuel Castells (2013): colocar a estrutura técnica como *causa*, e não como parte de uma *dinâmica*, é adotar para si um discurso tecnicista (e hegemônico) que despe de sentido as interações sociais.

Assinalamos anteriormente o risco de apropriação das manifestações rumo ao conservadorismo e ao autoritarismo. Só será possível evitar esse risco se os jovens manifestantes levarem em conta algumas perguntas:

1. Estão dispostos a lutar contra as ações que causam o inferno urbano, e portanto enfrentar pra valer o poder do capital de montadoras, empreiteiras e cartéis de transporte, que, como todos sabem, não se relacionam pacificamente (para dizer o mínimo) com demandas sociais?
2. Estão dispostos a abandonar a suposição de que a política se faz magicamente sem mediações institucionais?
3. Estão dispostos a se engajar na luta pela reforma política, a fim de inventar uma nova política, libertária, democrática, republicana, participativa?
4. Estão dispostos a não reduzir sua participação a um evento pontual e efêmero e a não se deixar seduzir pela imagem que deles querem produzir os meios de comunicação?

Entretanto, mais do que sua capacidade de disputar o poder instituído, caminho sugerido por Chauí (ibid.), a potência dessas mobilizações parece estar em subvertê-lo e *instituir outras formas de ação coletiva* (PELBART, 2013). Apesar dos acontecimentos recentes no país, por um lado, trazerem à tona avaliações de que falta consistência no discurso político de uma parcela significativa da juventude, como aponta Chauí, parece mais plausível, de acordo com Pelbart, encarar as circunstâncias atuais como parte de um *processo* de empoderamento político. Sallas e Bega (2006: 49) também propõem que não se encare os anseios aparentemente divergentes da juventude como um paradoxo, mas como parte de um processo, pois

A procura por autonomia e diferenciação, por um lado, e de cooperação e integração, por outro, não pode ser vista como expressão de processos antagônicos ou paradoxais. São apenas faces de um mesmo processo que tem marcado a vida dos jovens nas modernas sociedades industriais. Esses elementos poderiam ser pensados, aqui, como algo constitutivo da juventude, marcados por aquilo que Simmel definiu como próprio de um espírito aventureiro, em que, mais do que se chegar a

qualquer ponto, importa o caminho, o percurso do aventureiro.

Portanto, antes de simplesmente descartar ou exaltar o potencial democrático desses jovens brasileiros, é preciso levar em conta a condição da juventude nas sociedades modernas, o momento da trajetória política nacional e internacional em que tal revolta emerge e os desafios que colocam até mesmo aos atores tradicionais engajados nas lutas sociais. As manifestações de junho revelam um descrédito não só frente à política institucionalizada do Estado, tal como a conhecemos hoje, mas questionam algumas lógicas dos próprios movimentos sociais de esquerda (MARICATO et al., 2013).

Além do mais, o fato das manifestações de junho contarem com diversas reivindicações, muitas vezes desconexas, pode ser interpretado não só como inconsistência política, mas como uma insatisfação mais profunda e generalizada, não traduzível em uma demanda pontual. Consta-se que muitos dos jovens que tomaram as ruas em junho não se sentem representados pelos políticos que estão no poder, sejam do partido que forem: não se sentem representados pelo sistema político (GOHN, 2013). E essa juventude, que frequentemente não encontra espaço para expressar suas opiniões na escola, na família e no sistema hegemônico como um todo (ibid.; SALLAS, 2009), encontrou dois espaços para extravasar sua rebeldia, que ultrapassam a tribo: a grande rede digital, na qual tribos locais podem se articular em tribos globais (e que abre espaço para o surgimento de novas tribos), e a rua<sup>346</sup>.

A juventude está exigindo seu espaço e, “como condição simbólica, adianta a possibilidade e o direito à redefinição, à variabilidade, à reversibilidade das opções de vida”, questões que dizem respeito não só aos jovens, mas à sociedade em seu conjunto (MELUCCI, 1999: 94). De acordo com Martín-Barbero (2003: 21), os jovens costumam protagonizar mobilizações que “ultrapassam o âmbito da geração” e condensam “em suas inquietações e fúrias como em suas empatias cognitivas e expressivas com a língua das tecnologias [...] transformações no sensorium de 'nossa' época”, assim como “mutações político-culturais”.

De forma evidente os jovens que saíram às ruas do Brasil em junho de 2013 (que, apesar

---

<sup>346</sup> Esses dois ambientes compõem *uma mesma* realidade que contempla uma relação dialógica entre o digital e o material, pois “nas ruas e nas redes as formas analógicas e digitais demonstram que não são antagônicas e sim complementares” (SZANIEKI, 2013).

de contar com o protagonismo nas manifestações, se articulam a outros atores também negligenciados) conseguiram pautar os meios de comunicação de massa, o sistema político e a sociedade como um todo, exigindo novas maneiras de solucionar velhos problemas, mesmo que sem apresentar soluções pragmáticas. Mas o poder que a mídia de massa e o Estado exercem, e exerceram especificamente durante os protestos de junho de 2013, precisa ser levado em consideração, pois estes também pautaram a multidão rebelde, seja nos espaços públicos ou nas redes digitais. Essa dinâmica entre discursos contestatórios e hegemônicos, assim como entre comunicação massiva e em redes digitais, faz com que o conceito de *mediações* – que leva em consideração as disputas em torno do sentido da comunicação, da política e da ação social – seja extremamente útil na investigação da situação pesquisada.

### ***Considerações finais***

As manifestações de junho de 2013 no Brasil constituem a explosão de um fenômeno cultural, social e político protagonizado por uma juventude que cresceu conectada às redes digitais. Durante os protestos, o sentido da política foi contestado por meio da atuação de milhões de pessoas, muitas delas jovens, nas ruas e nas redes sociais digitais. Esses jovens revelaram-se importantes mediadores sociais na disputa em torno do significado das manifestações, tanto com sua presença e seus cartazes nas ruas como no compartilhamento de registros, sátiras, convocações e denúncias na internet.

Evidencia-se que a comunicação em redes digitais é ingrediente constitutivo de uma nova dinâmica de ativismo político, que se relaciona com mudanças na linguagem, no formato e até mesmo no conteúdo dos protestos: a diversidade de pautas, que abarca uma gama ampla de reivindicações e descontentamentos, revela não só a diversidade da multidão, mas a rejeição aos movimentos sociais verticalizados, nas quais a pauta de contestação é definida de cima para baixo. Frente ao modelo de pirâmide das organizações tradicionais, também característico dos meios de comunicação de massa, dissemina-se a dinâmica de rede, constitutiva de ativismos políticos contemporâneos e da comunicação digital.

Entretanto, as tecnologias digitais não podem ser entendidas como causa, mas parte de um processo de transformação cultural no âmbito da comunicação e da política provocado pela juventude, que historicamente cumpre esse papel de impor mudanças nas sociedades em que vive. Entede-se que a internet não é nem só espaço de resistência e inovação, nem somente de controle e

cooptação, mas ambos: assim como as redes sociais digitais foram fundamentais para a disseminação viral dos protestos no Brasil, favorecendo que uma outra forma de ativismo político que não a tradicional se destacasse, elas possibilitaram que as instituições oficiais mapeassem sua dinâmica e chegassem à identificação de supostas lideranças, e serviram de plataforma também para a disseminação de discursos conservadores. Conclui-se que a internet é hoje privilegiado campo de disputa em torno do sentido das relações sociais, o que se revela nos seus usos – seja o aprimoramento da coisificação da vida ou a multiplicação das possibilidades de compartilhamento do comum. Ambos os sentidos são construídos simultaneamente, num movimento que envolve tanto reciprocidade quanto confronto.

A juventude que domina a linguagem e a dinâmica do digital se destaca nos conflitos sociopolíticos da atualidade: as disputas em torno dos usos das tecnologias digitais se confundem com aquelas que colocam em xeque o sentido da ação política, bem como forçam os atores hegemônicos a se adaptarem às novas dinâmicas nesses dois âmbitos, da política e da comunicação – que, historicamente, se relacionam. Esse processo se dá em meio a confrontos, acordos e amálgamas semelhantes aos que Martín-Barbero identificou na relação entre os movimentos sociais e os meios de comunicação massivos por meio da análise das mediações socioculturais. Essa perspectiva mostra-se potente para a investigação do significado sociopolítico das manifestações de junho, mas é preciso adaptá-la ao contexto atual, em que o digital torna-se peça-chave no contexto das interações sociais, culturais, políticas e até mesmo econômicas.

O modelo de rede é então entendido como importante brecha para a emancipação social, tanto na política quanto na comunicação, podendo ser, por outro lado, apropriado pelas estruturas verticalizadas que impõem a concentração de poder, seja ele político, econômico ou comunicativo. E é cada vez mais o potencial de *ressignificação*, de *atribuição de sentido* às ações sociais – seja em prol da emancipação ou do controle –, o fiel da balança em meio aos conflitos sociais contemporâneos.

### ***Referências bibliográficas***

BEY, H. **T.A.Z.**; Zona Autônoma Temporária. Conrad Editora do Brasil, São Paulo., 2004.

BRAGATTO, R.; Democracia e internet: apontamentos para a sistematização dos estudos da área. **Compólitica**, n. 2, vol. 1, p. 132-62, ed. set-out, 2011.

BRASIL; Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2014**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Secom, Brasília, 2014.

BRINGEL, B.; ECHART, C.; Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”. **Caderno CRH**, Salvador , v. 21, n 54, p. 457-475, set-dez, 2008.

CASTELLS, M; **Communication Power**. Oxford University Press, Nova Iorque, 2009.

\_\_\_\_\_.; **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Zahar, Rio de Janeiro, 2013.

CHAUI, M.; As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. **Teoria e debate**, edição 113, 27 jun. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>>. Acesso em: junho de 2013.

FEIXA, C.; Generación @: la juventud en la era digital. In: **Nómadas**, Universidad Central de Colombia, n. 3, p. 75-91, 2000.

GALLOWAY, A.; **Protocol: how control exists after decentralization**. MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 2004.

GOHN, M. G.. ‘Após atos, governo não tem interlocutores’; **O Estado de São Paulo**, 13 jul. São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,apos-atos-governo-nao-tem-interlocutores,1053152,0.htm>>. Acesso em: jul. 2013.

HARVEY, D., et al.; **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Boitempo Editorial, Carta Maior, 1a ed., São Paulo, 2012.

LIMA, M. D. V., LOOSE E. B.; Metamorfoses no jornalismo: aspectos da cobertura dos protestos de rua de junho de 2013. In: **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 13, n. 25, p. 35-53, jan/jun, 2014.

MARICATO, E., et al.; **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo Editorial, Carta Maior, 1a ed., São Paulo, 2013.

MARTÍN-BARBERO, J.; **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2a ed., Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_.; As formas mestiças da mídia. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. 163,

set. 2009. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/09/01/as-formas-mesticas-da-midia/>>. Acesso: maio de 2013.

MELUCCI, A.; **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. El Colegio de México, México, 1999.

MORIN, E.; "O Maio de 68 é uma manifestação da crise de civilização", diz Edgar Morin. **Instituto Humanitas Unisinos**, 09 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/13828-o-maio-de-68-e-uma-manifestacao-da-crise-de-civilizacao>>. Acesso em: julho de 2013.

PELBART, P. P.; "Anota aí: eu sou ninguém". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/119566-quotanota-ai-eu-sou-ninguemquot.shtml>>. Acesso em: junho de 2013.

PIMENTEL, T.; SILVEIRA, S. A.; Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de 13 de junho de 2013. **Interagentes**, São Paulo, 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://interagentes.net/?p=62>>. Acesso em: julho de 2013.

SALLAS, A. L. F.; BEGA, M. T. S. ; Sociologia da juventude: releituras contemporâneas. In: **Política e Sociedade**, v. 5, n. 8, p. 31-58, 2006.

SANCHO, G. R.; Movimientos sociales y comunicación: la red como paradigma. In: **Anàlise**, n. 45, 2012.

SILVEIRA, S. A.; **Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo**. Revista USP, São Paulo, n. 86, p. 28-39, junho/agosto, 2010.

SZANIECKI, B.; Monstro e multidão: a estética das manifestações. Entrevista especial com Barbara Szaniecki. **Instituto Humanitas Unisinos**, 15 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521910-monstro-e-multidao-a-estetica-das-manifestacoes-entrevista-especial-com-barbara-szaniecki>>. Acesso em: julho de 2013.

TARROW, S.. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.